



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Greve Até quando continua?

**Amanhã, deputados devem apreciar Medida
Provisória que definiu reajuste para magistério
(DC, 27/6, Geral, p. 29)**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 23, 24, 25 26 e 27/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 27/6/11
Assunto: Greve, até quando continua?		Página: 29

GREVE

Até quando continua?

Amanhã, deputados devem apreciar Medida Provisória que definiu reajuste para o magistério

A semana começa com expectativa em relação à greve dos professores, que querem a implementação do piso nacional. Um dos atos mais importantes pode acontecer amanhã, quando há a possibilidade de que os deputados avaliem se aceitam ou não a Medida Provisória (MP) enviada pelo governo.

A MP definiu o reajuste na folha salarial dos 66 mil professores. Mas os grevistas não concordam com a medida. Uma das alegações é de que ela vai alterar o plano de carreira.

Ao assinar a MP, o governo Raimundo Colombo rodou a folha de pagamento com descontos para os grevistas. Mas disse que, caso os professores voltem às aulas no início desta semana, é possível fazer uma folha complementar.

O Sindicato dos Trabalhadores em

Educação (Sinte) diz que a categoria permanece mobilizada e que quer o retorno das negociações. Ontem, por meio da assessoria, o governo disse que mantém a posição de voltar ao diálogo só com o fim da greve.

O comando de greve dos professores não foi encontrado pelo DC.

Completando 41 dias de paralisação, é na Assembleia Legislativa que a discussão deve pegar fogo. Hoje há uma reunião entre o presidente da casa, Gelson Merisio, os líderes dos partidos e outros deputados.

Outra expectativa é pela votação, amanhã, da chamada admissibilidade da MP – quando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) define se a medida atende ou não aos requisitos formais. Os deputados temem poder herdar um desgaste que está com o Centro Administrativo. O relator da MP, Elizeu Mattos (PMDB) não atendeu às ligações da reportagem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/6/11
Assunto: Greve do Magistério – Ficou tudo para semana que vem		Página: 14

GREVE DO MAGISTÉRIO

Ficou tudo para a semana que vem

Expectativa do Estado é de que as aulas retornem na segunda-feira. Já o Sinte espera a volta das negociações pelos salários

Enquanto a Secretaria de Estado da Educação (SED) aposta num retorno maior dos professores às aulas a partir de segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) espera uma retomada das negociações na próxima semana.

Na terça-feira, deputados da Assembleia Legislativa podem votar pela admissibilidade da medida provisória, que altera os salários dos docentes.

O secretário de Educação Marco Tebaldi acredita que, enquanto o diálogo estiver aberto, tudo é possível,

mas ressaltou que nenhuma reunião está marcada.

A expectativa da coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, é que a MP seja retirada da Assembleia na segunda-feira, quando os líderes irão se reunir com o presidente da casa, Gelson Merisio. Ela ainda espera que o governo retome as negociações para colocar um fim num impasse, que dura 39 dias. Na segunda-feira, o comando de greve estará reunido em Florianópolis para definir as próximas ações. Na busca pelo retorno às negociações, os representantes do Sinte pediram audiências na Assembleia Legislativa, no Ministério Pú-

blico de SC, no Tribunal de Justiça e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

O relator da medida, o deputado Elizeu Mattos, adiantou que não crê na retirada da MP. Ele também não confirma se na terça-feira haverá a análise da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando deve ser definido se ela atende aos requisitos formais – a chamada admissibilidade.

– Ela pode ser recusada, mas depende do relatório. Estou analisando a proposta com bastante cautela. Talvez eu relate na terça-feira, talvez eu precise de mais tempo. Temos que

ainda dar uma olhada na questão jurídica – explicou.

Dados levantados pelo governo afirma que houve retorno dos professores às escolas antes do feriado. A expectativa é que a próxima segunda-feira a volta dos docentes ao trabalho seja ainda maior. No Meio-Oeste, segundo o governo, dos 13 municípios da Regional de Joaçaba, 67% dos professores já voltaram às escolas.

Retorno para garantir o recebimento do salário

Uma docente de educação física do colégio Eugênio Marchetti, em Herval

d'Oeste, é uma delas. Ela preferiu não ter o nome divulgado e alegou que só retomou às aulas porque precisa do salário. Para ela, muitos grevistas ficaram com medo por não ter outra fonte de renda. A professora torce para que a classe continue buscando melhorias na educação.

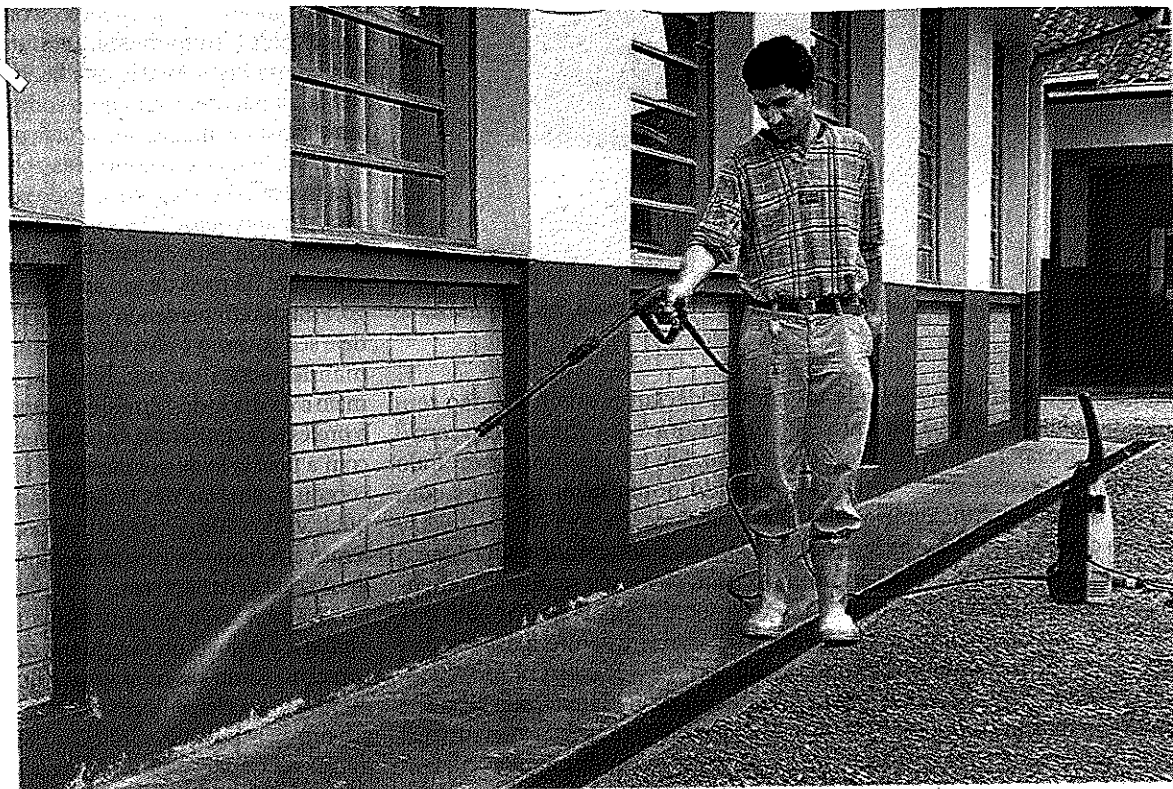
– Continuo insatisfeita, mas preciso do salário. É uma luta justa, que pede melhores condições de trabalho e menos descaso com a educação – disse a professora.

Para a coordenadora do Sinte, o quadro não deve mudar e a greve deve continuar com 70% de adesão dos trabalhadores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/6/11
Assunto: Greve do Magistério – Ficou tudo para semana que vem		Página: 14



Ontem, serventes foram chamadas para limpar o colégio e deixar as salas prontas para receber os alunos

Escola preparada para aulas

Guaramirim

Os professores da Escola Estadual Lauro Zimmermann, de Guaramirim, no Norte do Estado, resolveram voltar às atividades na próxima segunda-feira. Pelo menos 23 dos 32 profissionais que trabalham na escola atenderam ao pedido da diretoria e vão dar aulas. Os 550 alunos dos turnos da manhã e tarde são orientados pelo diretor Ronaldo Guerra a voltarem à escola.

O motivo dessa mobilização tem uma razão. Neste ano, a escola foi interdita duas vezes pela Vigilância Sanitária por causa de problemas na estrutura do prédio.

Foram 26 dias sem aula. Os mais prejudicados foram os estudantes

das turmas da manhã e da tarde. Os da noite e duas turmas da tarde foram remanejados para outras duas escolas. Com a greve, os alunos estão há mais de um mês sem aula.

Como a escola precisa recuperar as aulas dos dias paralisados durante a interdição e a greve, a direção resolveu retomar as atividades para evitar que o ano letivo seja perdido.

Assim, o diretor e assessores começaram a convidar os professores interessados em retomar os trabalhos. Até ontem, 17 docentes contratados de forma temporária (ACTs) e seis efetivos, se mostraram dispostos a voltar. Serventes foram chamadas para limpar a escola, além das mendeiras e da empresa responsável pelo transporte de alunos.

As disciplinas que serão retomadas são de Português, Inglês, Ciências, História e Artes.

– Na segunda, vamos ver quantos professores voltaram e, com isso, faremos um calendário especial de aulas para recuperar o que foi perdido – disse o diretor.

Segundo ele, os professores que não voltarem terão de recuperar os dias paralisados conforme o calendário que será feito pelo Estado, assim que a greve terminar.

O diretor da escola, que é professor de matemática, revelou que ele e os assessores da direção, Júlio Cesar Shitolina e Lisiane Pivoto, estão dispostos a lecionar para suprir a falta de professores que resolveram permanecer em greve.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/6/11
Assunto: Greve do magistério, Estudantes querem voltar logo às aulas		Página: 28

GREVE DO MAGISTÉRIO

Estudantes querem voltar logo às aulas

Alunos de duas escolas de Schroeder se mobilizaram e criaram até um blog

Schroeder

Incomodados com a greve dos professores que se arrasta há 40 dias, e com a indefinição do governo do Estado em não apresentar uma proposta que atenda as reivindicações salariais dos educadores, alunos das escolas Miguel Couto e Luiz Delfino, de Schroeder, Norte do Estado, resolveram se mobilizar.

A iniciativa partiu dos estudantes Betina Kafer e Maycon Vicenze Milan, 17 anos. Há uma semana, eles escreveram um artigo criticando a desorganização dos professores que estão em greve por não terem uma postura definida na paralisação.

– Uns estão em greve, mas depois voltam para a escola e dizem que não estão mais. Essa indefinição talvez não gere o resultado esperado pela categoria e quem sofre mais são os alunos – comenta Betina.

Ela também reclama da falta de iniciativa do Estado para atender os pedidos dos professores.

– Defendemos a luta e reivindicação deles e queremos que o governo faça algo para terminar tudo – reforçou a estudante.

Maycon revelou que não está preocupado com a perda do ano letivo. Segundo ele, os dias de paralisação dificilmente serão recuperado esse ano.

– Eu fico até desmotivado com essa situação. Quem é prejudicado nessa história são os alunos – ressaltou.

Para abranger um número maior de pessoas, eles montaram um blog para escrever artigos e receber as opiniões de outros estudantes (*alunossc.blogspot.com*). De segunda-feira, quando a página foi montada, até sexta-feira, o blog teve mais de 1,4 mil acessos.

Os pais dos estudantes também estão mobilizados. A mãe de Betina, Neiva Lúcia Plantikow, disse que a ideia é entrar com uma ação contra o Estado pelos danos causados às fa-

mílias por causa da paralisação.

– O Estado não dá condições para que minha filha volte para a escola devido à situação. Os alunos vão perder o ano – comentou.

O pai de Maycon, Cidinei Milan, disse que a desorganização dos professores na paralisação também prejudica os estudantes:

– Não sou contra a greve, mas que seja de forma organizada. Alguns pararam e outros não. A gente não tem uma certeza se tem aula ou não.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte) na região, cerca de 30 professores das escolas Miguel Couto e Luiz Delfin, em Schroeder, estão paralisados. O sindicato não soube informar o percentual de professores que isso representa.

O Sinte espera uma retomada das negociações esta semana. Na terça-feira, deputados da Assembleia Legislativa podem votar pela admissibilidade da medida provisória que altera os salários dos docentes.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 25 e 26/06/11
Assunto: Emendas incendeiam debates		Página: 11

Emendas incendeiam debates

Magistério. Deputados têm que aprovar a LDO antes do recesso do mês de julho

JOÃO MEASSI
joao@noticiasdodia.com.br
@joao_ND

FLORIANÓPOLIS — Última matéria a ser votada antes do recesso de julho, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) ganhou importância por causa de uma emenda ao projeto que propõe tirar o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) da receita líquida do Estado.

A emenda foi apresentada pela deputada Luciane Carminatti (PT). Se aprovada na Comissão de Finanças, que se reúne quarta-feira, vai alterar a base de cálculo do duodécimo e, por consequência, retiraria R\$ 274 milhões dos poderes já neste ano. Matéria idêntica está em estudo pelo governo do Estado. O presidente da

Comissão de Finanças, deputado Gilmar Knaesel (PSDB) informou que o governo ficou de enviar emenda que retira o Fundeb da base de cálculo dos poderes.

O adendo à LDO deveria entrar na Comissão de Finanças até sexta-feira, mas ficou para segunda-feira, quando o governador Raimundo Colombo tem uma reunião com o procurador-geral do Estado, Lio Marcos Marin, e com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, para discutir o assunto. “Espero que seja uma decisão consensual”, avaliou Knaesel.

A deputada Ângela Albino defende a preservação financeira dos poderes. Para isso ela apresentou emenda que salvaguarda os recursos repassados ao Tribunal de Justiça e do Ministério Público, em caso de qualquer alteração no cálculo da receita líquida.



ENCONTRO

Na segunda-feira, governador Colombo recebe presidente do TJ, MP e da Assembleia

"Incendiários e bombeiros" na polêmica

A deputada Luciane Carminatti colocou três emendas na LDO. Uma desvincula o Fundeb da base de cálculo dos repasses constitucionais. Outra destina o dinheiro que sobra para reforçar o piso salarial dos professores. E a terceira que mantém a Udesc dentro do cálculo com base no Fundeb. A discussão sobre o Fundeb colocou no tablado político bombeiros e incendiários. Pronto a apagar o incêndio, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), prega cautela. Ele quer evitar o confronto entre poderes. “Respeitar os poderes e não

votar o que amanhã ou depois possa ser julgado inconstitucional”. Para ele, alterar a LDO é quebrar a regra do jogo. “O momento é de ter cautela e bom-senso. Quero evitar mal-estar institucional”.

Já assessoria técnica do PT defende a mudança. “À medida que cresce a receita, cresce o repasse do duodécimo”, explica o economista Juliano Giassi, assessor do PT. Ele diz que em 1998 a receita líquida disponível somava R\$ 1,7 bilhão. Em 2011 saltou para R\$ 9,3 bilhões. (Veja tabela nesta página).



Judiciário é o poder que mais perde

O Tribunal de Justiça é o que mais perderá dinheiro se mudar a regra do jogo. “É decretar a falência do Judiciário”, diz o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos. Ele recebeu apoio dos demais desembargadores durante reunião extraordinária do Pleno na sexta-feira. Para ele, se o Fundeb

sair da base de cálculo haverá uma necessidade de elevar os percentuais de repasse. Hoje o TJ tem direito a 7,70% da receita. Trindade advertiu para o risco de inviabilização do judiciário. Nesse ano o TJ passou de 50 para 60 desembargadores. E houve ainda a criação de varas em diversas comarcas do Estado.

RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL Percentuais e valores nominais entre 1998 e 2011

Órgãos	1998 – percentuais	1998 – valores nominais	2011 – percentuais	2011 – valores nominais	Percentual de crescimento dos valores nominais
Alesc	3,60%	R\$ 64 milhões	3,80%	R\$ 357,2 milhões	458,13%
TCE	1,20%	R\$ 21,4 milhões	1,40%	R\$ 131 milhões	512,15%
TJ	6,00%	R\$ 107 milhões	7,70%	R\$ 723 milhões	575,70%
MPE	2,00%	R\$ 35,7 milhões	3,23%	R\$ 302,95 milhões	748,60%

Fonte: Assessoria econômica liderança do PT

Receita Líquida Disponível (RLD)	1998	2011	Percentual de crescimento dos valores
	R\$ 1.779.205.712,33	R\$ 9.388.959.819,53	427,70%

Receita líquida disponível e repasse aos Poderes

Poder	% de repasse	Previsão com Fundeb	Previsão sem Fundeb
Alesc	3,80%	R\$ 365 milhões	R\$ 300 milhões
TCE	1,40%	R\$ 144 milhões	R\$ 120 milhões
TJ	7,70%	R\$ 900 milhões	R\$ 770 milhões
MPSC	3,23%	R\$ 316 milhões	R\$ 261 milhões
Udesc	2,10%	R\$ 227 milhões	R\$ 191 milhões
TOTAL	18,23%	R\$ 1,952 bilhão	R\$ 1,642 bilhão

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

Valores

Em 2010, foram repassados aos Poderes e Udesc

R\$ 1,729 bilhão



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Estado	Data: 24/06/11
Assunto: Retirada de ação não é suficiente		Página: 07

Retirada de ação não é suficiente

Magistério. Sinte vê gesto do governo como positivo, mas pede regência e tabela salarial

JOÃO MEASSI
joão@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS — A retirada da ação da justiça, que pedia a ilegalidade da greve, e a promessa de rodar folha suplementar para pagar os dias parados que haviam sido descontados, são duas medidas anunciadas pelo governo do Estado que foram bem recebidas pelos professores em greve, mas insuficientes para pôr fim ao movimento, que já dura 38 dias.

A afirmação é da coordenadora do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC), Alvetete Bedin. Segundo ela, se o governo quer a volta às aulas terá que aumentar a regência de classe, reduzida de 40% para 25% (1ª e 4ª séries) e de 25% para 17% (5ª a 8ª séries) e ainda fazer a recomposição da tabela salarial do magistério. Alvetete defende a definição, pelo governo, de um cronograma dessa recomposição da tabela. “Queremos melhor proposta”, afirma. Segundo ela, se o governo disse que vai reabrir o canal de negociação, precisa receber o comando de greve e oficializar a decisão de recompor a remuneração do magistério.

Segundo os grevistas, para pagar o piso nacional da categoria, o governo cortou na regência de classe e achatou os salários de quem possui curso superior.

Sindicato levanta quadro financeiro

O sindicato dos professores estaduais levantou no Tribunal de Contas a realidade financeira do Estado (veja tabela acima). Baseado em informações do TCE, o sindicato argumenta que é possível aumentar os recursos para a Educação. Basta lançar mão de recursos depositados no Fundosocial. Outra medida defendida pela entidade é a retirada dos inativos da folha de pagamento da educação.

Em visita ao Tribunal de Contas do Estado, Alvetete Bedin disse que é possível transferir recursos do Fundosocial para a educação. A folha anual da educação soma R\$ 1,5 bilhão. Desse valor, R\$ 300 milhões são para pagar inativos.

Legislativo.
Na terça-feira, o governo editou medida provisória baseada na última proposta oferecida aos professores. O Sinte quer a retirada do voto desta MP que fixou o piso nacional



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 23/06/11
Assunto: Estado volta atrás		Página: 14

Estado volta atrás

Governador retira ação que pedia a ilegalidade do movimento

A decisão de pedir a ilegalidade da greve dos professores, que levou 35 dias para ser tomada, não durou 24 horas. O governador Raimundo Colombo voltou atrás e determinou, na tarde de ontem, a retirada do pedido, que estava no Tribunal de Justiça. Além disso, caso haja retorno dos docentes às aulas, ainda no começo da próxima semana, o governo afirmou que é possível rodar uma folha suplementar sem descontar os dias parados.

As decisões foram tomadas depois de uma reunião, marcada às pressas, entre os líderes da bancada, da Assembleia Legislativa, no gabinete da presidência.

Após os deputados apresentarem esse posicionamento, o presidente da casa, Gelson Merísio, entrou em contato, por telefone, com o governador para avisar a posição dos deputados. “Ele concordou com o nosso ponto de vista. Essa foi uma forma que os líderes encontraram para ajudar a acabar com esse impasse entre as partes”, informou Merísio.

Apesar de os deputados entenderem que essas ações podem contribuir para a retomada das negociações entre governo e professores, o secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, afirmou que o Estado não irá debater mudanças com a categoria. “Eles estão levantando aspectos que podem ser melhorados e essas análises serão levadas ao governador. Não estamos negociando com a categoria”, ressaltou Deschamps.

A medida provisória, enviada na terça-feira à Assembleia continua na casa sem perspectivas

de admissibilidade. Com ela, os 66 mil docentes têm reajuste salarial. Os professores não concordam com as mudanças que a MP apresenta porque mexe no plano de carreira dos docentes e reduz os valores percentuais da regência de classe – que compõe a remuneração.

O governo ainda está disposto a rodar uma folha suplementar sem os descontos caso haja um retorno às aulas que precisaria ser no começo da próxima semana para dar tempo de gerar os novos pagamentos.

O desconto das faltas começou a ser sentido no bolso dos professores na terça-feira, quando eles tiveram acesso ao contracheque. Os valores estão disponíveis na internet, com as alterações do salário, reajustados conforme a última proposta apresentada pelo governo e com os descontos pelos dias parados, entre 19 de maio e 10 de junho.

O que acontece com a medida provisória

■ Os efeitos começaram a valer ontem, quando ela chegou à Assembleia. Se não for votada em 60 dias, prorrogáveis por mais 60, a MP deixa de valer.

■ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem até duas reuniões para analisar se a MP atende aos requisitos legais, a chamada admissibilidade.

■ No mesmo dia em que a CCJ aprova o parecer, contrário ou favorável, ele é levado ao plenário. Isso deve acontecer dia 28 de junho ou 5 de agosto.

■ Os deputados devem confirmar em plenário a admissibilidade, com base no parecer da CCJ. Ou podem derrubar a MP, que deixa de valer imediatamente.

■ Se o plenário aprovar, a MP é encaminhada para a Comissão de Educação. Pelo regimento, a comissão tem prazo de três reuniões para fazer um projeto que a transforme em lei.

■ Após esse prazo, mesmo que a comissão não termine, a MP volta para a CCJ, que tem prazo de duas reuniões para dar um

parecer e apresentar emendas.

■ Com o parecer da CCJ concluído, a MP é votada em plenário e precisa de maioria simples (50% + 1) para ser aprovada.

■ Se for aprovada em plenário sem alterações vira lei automaticamente. Se for alterada pelos deputados, volta para o governador Raimundo Colombo assinar ou vetar.

■ Se a medida for rejeitada, a CCJ cria um decreto estabelecendo o que fazer com os efeitos da MP enquanto ela vigorou.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 23/6/11
Assunto: Greve. Pedido de ilegalidade suspenso		Página: 6

Greve. Pedido de ilegalidade suspenso

Professores não serão descontados se voltarem às aulas

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

FLORIANÓPOLIS - A decisão de pedir a ilegalidade da greve dos professores, que levou 35 dias para ser tomada, não durou 24 horas. O governador Raimundo Colombo voltou atrás e determinou, na tarde de ontem, a retirada do pedido, que estava no Tribunal de Justiça. Além disso, caso haja retorno dos docentes às aulas, ainda no começo da próxima semana, o governo afirmou que é possível rodar uma folha suplementar sem descontar os dias parados.

As decisões foram tomadas depois de uma reunião, marcada às pressas, entre os líderes da bancada, da Assembleia Legislativa, no gabinete da presidência. Após os deputados apresentarem esse posicionamento, o presidente da casa, Gelson Merísio, entrou em contato com o governador para avisar a posição dos deputados.

- Ele concordou com o nosso ponto de vista. Essa foi uma forma que os líderes encontraram para ajudar a acabar com esse impasse entre as partes - informou Merísio.

Apesar dos deputados entenderem que essas ações podem

contribuir para a retomada das negociações entre governo e professores, o secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, afirmou que o Estado não irá debater mudanças com a categoria.

- Eles estão levantando aspectos que podem ser melhorados e essas análises serão levadas ao governador. Não estamos negociando com a categoria - ressaltou.

A medida provisória, enviada terça-feira à Assembleia continua na casa sem perspectivas de admissibilidade. Com ela, os 66 mil docentes têm reajuste salarial. Os professores não concordam com as mudanças que a MP apresenta, porque mexe no plano de carreira dos docentes e reduz os valores percentuais da regência de classe - que compõe a remuneração dos docentes.

O governo ainda está disposto a rodar uma folha suplementar sem os descontos caso haja um retorno às aulas, que precisaria ser no começo da próxima semana para dar tempo de gerar os

novos pagamentos.

O abatimento das faltas começou a ser sentido no bolso dos professores terça-feira, quando eles tiveram acesso ao contracheque. Os valores estão disponíveis na internet, com as alterações do salário, reajustados conforme a última proposta apresentada pelo governo e com os descontos pelos dias parados, entre 19 de maio e 10 de junho.

Vanda de Oliveira Pinedo foi uma das que checou o pagamento. Ela irá receber, dia 29, R\$ 900 para passar julho. Com esse dinheiro, a professora, que tem especialização e é viúva, precisa sustentar o filho.

- É um absurdo esse governo fazer isso. Com isso é ele quem está prejudicando o calendário escolar. Eu não tenho porque repor aula se o meu salário já foi descontado - ressaltou.

Ela não sabe quanto foi deduzido em relação ao que recebia, pois a remuneração está com os novos valores do salário-base e da regência de classe.

Mesmo que as ações possam contribuir para a retomada das negociações, Deschamps afirmou que o Estado não irá debater mudanças

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 23/06/11
Assunto: Quadro atual		Página: 02



🕒 Quadro atual

“Eles não sabem o que querem. Agora a questão é a regência de classe. Mas de repente, digamos, sendo resolvida vão criar outro obstáculo”, reclamava o relator da Medida Provisória, que trata do piso do magistério, deputado Elizeu Mattos, que não garantiu que terça-feira que vem apresente o relatório final. Enquanto isso, professores e oposição afirmam que a MP é inconstitucional. Cá entre nós, um discurso favorável aos governistas, pois confirmada a ilegalidade da MP, ela cai e não tem votação. Nenhum deputado quer ficar mal com a categoria.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 23/06/11
Assunto: Manifestação		Página: 02

MANIFESTAÇÃO

“Fica complicado, difícil dar R\$ 22 milhões e mesmo assim apanhar dos professores. R\$ 22 milhões e levar pau não dá para entender”, desabafou o líder do governo, Elizeu Mattos enquanto professores contestam esse valor alegando que não houve ganho e sim redução com a retirada a regência de classe e do Prêmio Educar. Afirmam que inclusive os diretores de escolas tiveram redução na gratificação perdendo em média R\$ 500. E daí os professores perguntam: “Onde entram, como acréscimo nos salários, os R\$ 22 milhões?”



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 27/06/11
Assunto: Dois movimentos		Página: 02



DOIS MOMENTOS

1º momento: Há dados do governo de que 60% dos professores já retornaram às aulas. A expectativa é de que hoje mais 15% deixem a greve. Mas não é dessa forma que o governador Raimundo Colombo quer resolver esse impasse. Em telefonema ontem me disse que está disposto a negociar e garantiu que haverá um desembolso financeiro mensal de R\$ 21,9 milhões, que foram distribuídos pela carreira conforme solicitação do comando de greve. Destacou que os valores financeiros máximos foram concedidos e que este ano não tem como mexer. Reclamou que o Sinte mudou de posição várias vezes e que o ideal será voltar às aulas abrindo uma frente de negociação para o ano que vem como também a meritocracia. O governador é sensível à regência de classe, mas para ser retomada em 2012, destacou que defende e defenderá uma melhor remuneração do professor disposto ao diálogo.

2º momento: Tudo indica que o presidente do Tribunal de Justiça, Trindade dos Santos, não tenha êxito na sua incursão hoje ao gabinete do governador Raimundo Colombo. Isso não significa que no ano que vem consiga conquistar o repasse de 0,15%, representando R\$ 150 milhões. Esse ano pelo visto é carta fora do baralho. Pelo menos foi o que expressou o governador diante de uma decisão inusitada tomada no ano passado pelo então governador Leonel Pavan, comprometendo a receita em parcelas. Este ano é impossível, pois já está inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foi o que frisou o governador. Ou seja, a expectativa do Judiciário poderá ser frustrada mesmo com a sugestão de parcelar o repasse em três vezes. O argumento do governador Colombo é de que os Poderes têm dinheiro sobrando, enquanto o Executivo, carregado de demandas e compromissos, sofre com falta de verbas.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 23/06/11
Assunto: Retirado o pedido de ilegalidade da greve		Página: 07

Retirado o pedido de ilegalidade da greve

Magistério. Deputados dizem que Executivo também irá refazer cálculos da tabela salarial dos professores

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS — O governo decidiu retirar o pedido de ilegalidade da greve protocolado no Tribunal de Justiça e está refazendo os cálculos de carreira do magistério. As duas medidas foram anunciadas ontem, na reunião de líderes dos partidos, na Assembleia Legislativa. Os deputados estão empenhados para que sejam retomadas as negociações entre governo e Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação). A greve tem 37 dias. A deputada Ana Paula Lima (PT) sugeriu trancar a pauta de votações até que se resolva a questão.

As duas MPs (Medida Provisória) enviadas pelo governo à Assembleia criaram constrangimento na base governista. Hoje faz um mês que a MP 188, que fixou o vencimento do magistério com base no piso nacional da categoria, foi encaminhada para a votação. O líder do governo praticamente sentou-se sobre a MP. E na terça-feira entrou outra, a 189, baseada na última proposta do governo. Segunda-feira, os líderes voltam a tratar dessas MPs.

O líder da bancada do PMDB, Manoel Motta, informou que o governo está refazendo os cálculos salariais: "O governo está fazendo de tudo para encontrar uma saída, mas o comando de greve também tem que dar sua contribuição", afirmou.

O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, acenou com a hipótese de o governo rodar uma folha complementar para lançar as diferenças salariais e ressarcir o valor descontado pelas faltas. "Acredito que semana que vem a greve pode ser encerrada."

Para o líder da bancada do PT, Dirceu Dresch, a reunião serviu para "construir gestos" que levem a retomada das renegociações. Para a deputada Luciane Carminatti (PT), sem o governo rever a tabela e a regência de classe, fica difícil o fim da greve.

Vestibular sem previsão de mudar calendário

A paralisação dos professores estaduais preocupa todos os estudantes, mas especialmente os que farão o vestibular no final do ano. Os concursos da UFSC (Universidade Federal da Santa Catarina) e da Udesc (Universidade Estadual de Santa Catarina) não tiveram ajustem na data em função da greve.

A UFSC deve realizar as provas nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, porém o presidente da Coperve (Comissão Permanente do Concurso Vestibular), Júlio Felipe Szeremeta, afirma que ocorrerá uma avaliação depois do final da greve.

"Estamos preocupados. É uma

questão complicada a falta de conteúdo para o aluno. Vamos analisar essa situação no início de julho e pode haver mudanças no calendário, mas há muitas questões envolvidas", comenta.

Na Udesc a a última etapa do vestibular realizada no dia 5 de julho. "Não dá pra falar ainda sobre isso. Vamos esperar terminar esse processo e a greve para vermos como vai ficar o calendário", diz a coordenadora do vestibular da instituição, Rosângela de Souza Machado. A primeira etapa do vestibular de verão da Udesc acontecerá no dia 30 de outubro. (Emanuelle Gomes)

Especulação.
No fim da tarde de ontem, depois da reunião na Agronômica, o governador Colombo teria decidido rodar folha complementar para pagar os dias parados

ETAPAS
Principais momentos

- **18 de maio:** Início da greve
- **23 de maio:** governo edita a MP 188, obrigado pelo STF a pagar o piso nacional
- **20 de junho:** governo edita a MP 189 com a última proposta salarial ao magistério
- **Divergência:** A tabela tem 12 níveis, e o problema se inicia no sétimo: a tabela prevê R\$ 1.380 e o Sinte quer R\$ 2.300. No nível 12, o governo oferece R\$ 2.317,82, o Sinte pede R\$ 3.400



Dúvida na reposição

A greve dos professores estaduais se arrasta por mais de um mês e a dúvida pela reposição, ou não, das aulas começa a fazer parte do discurso de educadores, pais e alunos. Na escola estadual Padre Anchieta, na Agrônômica, as aulas estão paralisadas e apenas seis dos 43 professores não aderiram à greve. Na ficha funcional dos grevistas constam faltas injustificadas em 23 dias letivos.

“Assim não vai haver reposição. Nós combinamos que iríamos repor, mesmo assim aparecem as faltas”, afirma um dos professores da instituição. A secretária geral do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), Anna Júlia Rodrigues, confirma que houve o desconto no salário, mas o sindicato irá recorrer judicialmente. “Normalmente fazemos um acordo no final da greve, mas o governo tomou uma medida intransigente, se precipitou como ameaça, revoltou a categoria e agora pode não haver reposição. Isso é responsabilidade do governo”, garante.

Para os alunos que estão no terceiro ano do ensino médio, a perda do conteúdo desse período pode refletir diretamente no desempenho em provas de vestibular. Para Johnni Logan, 17, Ana Laura Shappo, 16, e Morgana Angelo, 18, alunos do IEE (Instituto Estadual de Educação), o final do ano pode ser de alegrias ou muitas tristezas. “Nós estudamos em casa, mas a escola faz falta. Pelo menos ainda temos o cursinho pré-vestibular, mas estamos com um sentimento de medo de perder o ano e não podermos fazer o vestibular”, explica Logan. “O pior será se passarmos no vestibular e perdermos o ano na escola. Não teremos como apresentar certificado de conclusão pra matrícula”, complementa Ana Laura.

O professor do IEE Ricardo Momm diz ser contra os cursinhos pré-vestibulares. “Acredito que se o ensino regular fosse bom, eles estariam preparados. Não são só os alunos do terceiro ano que perdem, são desde os das séries iniciais. Mas eles estão perdendo desde muito tempo porque o professor não é incentivado e falta salário digno. Nós queremos voltar, estamos preocupados com a perda dos alunos”, conclui. (EG)



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 25/06/11
Assunto: Professores esperam voltar às negociações		Página: 12

Professores esperam voltar às negociações

Enquanto a Secretaria de Estado da Educação aposta em um retorno maior dos professores às aulas a partir de segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) espera uma retomada das negociações na próxima semana. Na terça-feira, deputados da Assembleia Legislativa podem votar pela admissibilidade da medida provisória, que altera os salários dos docentes.

O secretário de Educação, Marco Tebaldi, acredita que, enquanto o diálogo estiver aberto, tudo é possível, mas ressaltou que nenhuma reunião está marcada.

A expectativa da coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, é de que a MP seja retirada da assembleia, na segunda, quando os líderes vão se reunir com o presidente da casa, Gelson Merisio. Ela ainda espera que o governo retome as negociações para colocar um fim no impasse, que dura 39 dias.

Na segunda-feira, o comando de greve estará reunido na Capital onde definirá as próximas ações. Na busca pelo retorno às negociações, os representantes do Sinte pediram audiências na Assembleia Legislativa, no Ministério Público de SC e no Tribunal de Justiça.



CLIPPING

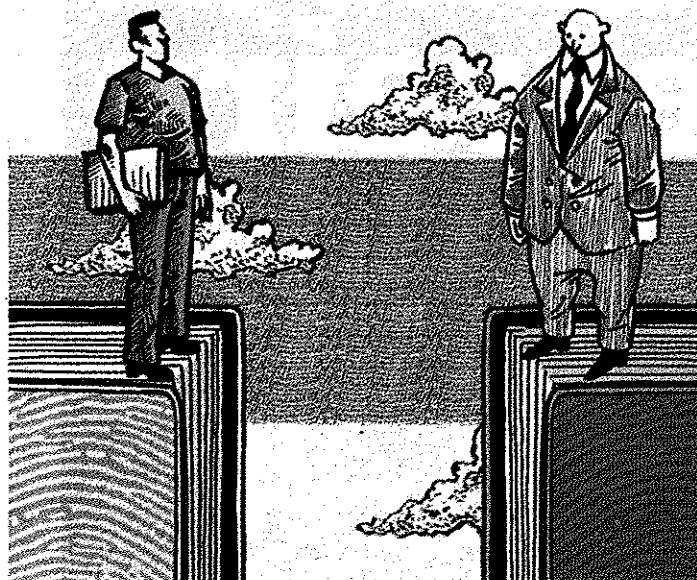
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 25/6/11
Assunto: Há um impasse nas negociações para pôr fim à greve dos professores. Você acha que há intransigência de ambas as partes, os docentes estão corretos em continuar o movimento ou o governo realmente não pode pagar mais?		Página: 14

debates@diario.com.br

Há um impasse nas negociações para pôr fim à greve dos professores. Você acha que há intransigência de ambas as partes, os docentes estão corretos em continuar o movimento ou o governo realmente não pode pagar mais?

É lastimável que o governador tenha recorrido ao Poder Judiciário para ilegalizar a greve, visto que os professores estão reivindicando algo a que eles têm direito, que é um salário justo para a função que exercem e que é primordial para o desenvolvimento do país. O governo, aumentando o piso, irá beneficiar principalmente aqueles que só têm o magistério, enquanto aqueles que possuem escolaridade superior terão acréscimos bem aquém. O governo aumentará o piso, mas diminuirá a regência. Eu tenho certeza que os professores dos filhos de todos aqueles metidos no governo recebem muito mais do que um servidor público, visto que os seus filhos estudam em escolas particulares onde a remuneração é superior e, conseqüentemente, a motivação para um ensino melhor também é. O governo não quer melhorar os salários daqueles que se esforçam para se qualificar, dos que continuam a estudar após a graduação e daqueles que já possuem anos de carreira.

Thais Paim
Criciúma



FÁBIO NIENOW

É um absurdo. Meus filhos todo este tempo em casa. Por que não fizeram esta paralisação no início do ano letivo, ou de outra forma, sem prejudicar a população? O governo deveria demitir todos. Sou pai de família, trabalho por um salário mínimo e tenho que me conformar com isso? Professores, vocês ganham o suficiente pelo que fazem.

Fernando Padilha
Por e-mail

É impossível entender a explicação do governo do Estado. Como não tem dinheiro? E o Fundeb e o desvio de finalidade? O absurdo são os professores terem que ficar um mês em greve para que uma lei seja cumprida. Para acabar com o impasse, falta é vontade e competência política do governo do Estado. Dinheiro todos sabemos que existe. Querem aumentar o vencimento tirando as gratificações é só para inglês ver, aumento real não existe.

Carolini Vilela Correia
São José

Acho que a greve é justa e legal, pois a Lei Federal foi aprovada em 2008 e o Estado tinha o tempo necessário para se programar financeiramente. Apostou na inconstitucionalidade e perdeu, agora terá que achar uma maneira de pagar o piso da carreira.

Oslir Devalier
Jaraguá do Sul

Dinheiro tem, o que falta é vontade política e respeito para com a educação catarinense. É hora de deputados, senadores e líderes catarinenses olharem para nós, professores, com mais respeito, pois merecemos um pouco mais de dignidade.

Mário Balena
São Lourenço

Depois de constatar que o governo não cumpre a lei de investir no mínimo 25% em educação, como pedir aos professores que retornem sem uma proposta digna? O que o governo tenta fazer é brincar com o bom senso da sociedade catarinense fazendo os alunos ficarem sem aula.

Ivan Rizelo
Porto União



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 25/6/11
Assunto: Há um impasse nas negociações para pôr fim à greve dos professores. Você acha que há intransigência de ambas as partes, os docentes estão corretos em continuar o movimento ou o governo realmente não pode pagar mais?		Página: 14

Intransigência? Quanto tempo faz que os professores estão pagando a conta pelo desinteresse do governo para com a educação? Os profissionais do magistério representam mais de 50% dos servidores do Estado, mas recebem apenas 34% da folha de pagamento. A desvalorização é latente. Vergonhoso.

*Rodrigo Müller
Concórdia*

Eu acredito que a intransigência e falta de governabilidade é apenas do governo. Recursos destinados à educação devem ser empregados na educação. Apoio os professores em todas as suas lutas. A greve é legal.

*Sônia Brught
Serra Alta*

DEBATE DC

■ Muito tem se falado ultimamente da volta da inflação. Você sente que os preços dos produtos e dos serviços estão mais caros? E acha que a volta da inflação poderia ser um risco para estabilidade da economia?

Envie sua opinião, com nome, cidade de origem, profissão, telefone e RG da carteira de identidade com o título "Debate" para diariodo leitor@diario.com.br

Quando educação definitivamente não é prioridade, não há o que fazer. Em que planeta o nosso governador mora? Governador, de onde virão os professores para substituir os que não irão se sujeitar a sua proposta? Troca comigo? Lhe dou o meu salário em troca do seu. Apelar para o papo de que as crianças estão sendo prejudicadas não cola. As crianças estão sendo historicamente prejudicadas. As minhas duas filhas estão em casa. Os seus filhos certamente não estudaram em escola pública.

*Paulo Cesar Wolf
Rio do Sul*

Enquanto vivermos em um país onde a educação depende de vontade e interesses políticos e não de uma política educacional séria, haverá esse tipo de impasse. Lembrem-se de, na próxima eleição, não votar na maioria dos que estão no poder. Está na hora de nos reunirmos e usarmos os únicos dois poderes que temos, o da compra e do voto. Porque as armas já nos tiraram. Infelizmente, a educação não é vista como deveria ser. Acorda Raimundo Colombo, você é que vai sair perdendo.

*Paulo Roberto Souza
São José*

É uma aula de cidadania o que os professores estão mostrando. Dinheiro da educação está sendo desviado faz tempo. Verba tem, o que falta é honestidade, competência, boa vontade e reconhecimento por esta classe de trabalhadores que só por vocação estão dentro de uma sala de aula. Governo que se preze coloca a educação em primeiro lugar. Educação é tudo na vida de uma pessoa. Pensem nisso.

*Rita de Cássia Lopes Just lopes
Por e-mail*

Sou professora e acho uma vergonha que os governantes nos tratem com tanto descaso, não pagando o piso salarial, retirando percentual de regência que foi uma conquista sofrida e nosso plano de carreira que eles nem sabem que existe. Vamos organizar as mentes para que o governo de SC reflita e reveja atos e atitudes referentes à greve? Senhor governador, somos educadores e competentes, merecemos um salário digno para que tenhamos coragem e saúde para tantas adversidades em nossa profissão.

*Maria Lúcia Lima
Tubarão*

O Governo federal, quando estabeleceu o piso salarial nacional, o fez baseado em cálculos da arrecadação dos estados e municípios e distribui o bolo de acordo com estes valores. Todos os Estados receberam sua parte na arrecadação dentro dos cálculos do Fundef e posteriormente do Fundeb. Agora que a Adin foi derrubada no STF, os governos irresponsáveis não têm o dinheiro, que deveria estar reservado para o fim a que se destinava. Agora querem que os professores paguem a conta? Quem gastou o dinheiro? Onde estão o TC, a OAB e o MP? E ainda querem falar de respeito às leis?

*Walterley Neves
São José*

Acredito que o governo tem como pagar, sim. É só diminuir a quantidade de cargos comissionados, a quantidade de diretores nas escolas, fazer uma geral nas contas do governo e parar de comprar legos que nunca chegaram nas escolas. Assim o dinheiro para pagar os professores aparece rapidinho. A educação precisa e merece muito respeito, coisa que o governo não tem demonstrado a categoria mais importante do Brasil.

*Cássia Souza
Criciúma*



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 24/06/11
Assunto: Professores		Página: 23



“Professores da rede estadual podem não repor as aulas perdidas durante o período de greve em SC.”

Destaque do ND on-line, ontem, que nos causa preocupação e desalento.

Qual o futuro desses estudantes que dependem do ensino público? Melhor dizendo, qual o futuro da cidadania em Santa Catarina?

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 23/06/11
Assunto: Solução já!		Página: 23

Solução já!

Expressão que mais se ouve nas ruas da Grande Florianópolis: “Não aguento mais essa greve (do magistério)”. De fato, se há algo desgastante, para todos, é uma paralisação desse porte, durante tanto tempo. O impasse não favorece ninguém.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 23/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Construindo a saída

O governador Raimundo Colombo determinou a retirada da ação declaratória impetrada no Tribunal de Justiça pedindo a decretação da ilegalidade da greve dos professores. Altivez política ou demonstração de fraqueza? Pelas informações dos bastidores, a rigor, nem uma coisa nem outra. O que teria ocorrido? Um gesto de boa vontade do governo para permitir que possam ser retomadas as conversações. O apelo partiu dos líderes partidários na Assembleia que buscam a conciliação. A situação está ficando realmente insustentável. Para ambos os contendores. O prejuízo para os alunos já é irreparável. As férias estão perdidas para estudantes e professores. A continuidade do calendário escolar acabou. O governo sofre, também, um desgaste brutal. Arrisca-se a ficar com a imagem e a ação comprometidas pelas consequências desta paralisação que tem características próprias e motivação bem definida.

Fatos que marcam esta histórica greve ficam cada vez mais evidentes. Em primeiro lugar, a improvisação das autoridades. Quando, lá em abril, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o piso salarial era equivalente a vencimento básico, a Secretaria da Educação já deveria estar com todos os cálculos feitos sobre as repercussões orçamentárias. Afinal, a lei federal do piso data de 2008. Deveria estar prevenida para a aplicação depois do julgamento do STF. No improviso, uma sucessão de equívocos: a proposta considerando o piso igual a remuneração, rejeitada sob vaias da assembleia estadual; a tentativa de protelação com o argumento furado de não haver publicação do acórdão; o achatamento na carreira; a imposição da primeira medida provisória, sem mínima negociação; o desestímulo à especialização e aprimoramento acadêmico; e, o mais importante, que mantém o impasse há 37 dias, a redução da gratificação de 40% e 25% por regência de classe, conquista histórica dos professores. Houve, ainda, outra situação inusitada, com professores graduados recebendo reajustes insignificantes.

E, segundo relatos, até casos de nenhuma vantagem salarial. A causa da greve, portanto, é meramente financeira. Não há partido nem motivação ideológica nem comando radical. Esta é uma greve típica e legítima dos professores.

ARTICULAÇÕES

O cabo de guerra está próximo de rompimento. Pode estourar nos professores, já psicologicamente esgotados e economicamente abalados pelo desconto dos dias parados. Ou desgastar mais ainda o governo estadual, pelas resistências já anunciadas na Assembleia por deputados da base governista, que questionam até a constitucionalidade da Medida Provisória 189, a segunda. Inexistindo acordo, o plenário da Assembleia pode se transformar numa verdadeira praça de guerra política. A movimentação nos bastidores tem sido intensa. O Sinte foi buscar o apoio do Conselho Estadual de Educação e do Tribunal de Contas.

Quer agora aval do Judiciário e do Ministério Público. O Tribunal de Justiça foi convocado para sessão emergencial do Pleno nesta sexta-feira para tratar da polêmica sobre o Fundeb.

As negociações agora dependem do comando da greve. Como propostas feitas pelo governo foram rejeitadas, nada mais lógico agora que as assembleias definam coletivamente - e dentro da realidade orçamentária e financeira do Estado - qual a nova proposição para a tentativa de acordo.

O que este impasse está revelando é uma situação paradoxal. O governador diz que a greve é justa, passou as despesas de R\$ 14 milhões para R\$ 22 milhões de acréscimo na folha, mas não consegue agradar ninguém. Os ACTs estão indignados, os especialistas, revoltados, e agora até os comissionados da estrutura da educação se rebelam contra a medida provisória. A semana está perdida. Mas o feriado oferece uma boa oportunidade para a construção de uma saída honrosa para grevistas e para o governo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/6/11
Assunto: Greve do magistério – Governo retira pedido de ilegalidade		Página: 24

GREVE DO MAGISTÉRIO

Governo retira pedido de ilegalidade

Governador atende pedido de deputados, recua na Justiça e admite rever desconto dos dias parados se paralisação acabar

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A decisão de pedir a ilegalidade da greve dos professores, que levou 35 dias para ser tomada, não durou 24 horas. O governador Raimundo Colombo voltou atrás e determinou, na tarde de ontem, a retirada do pedido que estava no Tribunal de Justiça (TJ). Além disso, caso haja retorno dos docentes às aulas, ainda no começo da próxima semana, o governo afirmou que é possível rodar uma folha suplementar sem descontar os dias parados.

As decisões foram tomadas depois de uma reunião, marcada às pressas, entre os líderes da bancada da Assembleia Legislativa, no gabinete da presidência. Após os deputados apresentarem esse posicionamento, o presidente da casa, Gelson Merisio, entrou em contato, por telefone, com o governador para avisar a posição dos deputados.

– Ele concordou com o nosso ponto de vista. Essa foi uma forma que os líderes encontraram para ajudar a acabar com esse impasse entre as partes – disse Merisio.

Apesar de os deputados entendem que essas ações podem contribuir para a retomada das negociações entre governo e professores, o secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, afirmou que o Estado não irá debater mudanças com a categoria.

– Os deputados estão levantando aspectos que podem ser melhorados. Essas análises serão levadas ao gover-

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa

“

Ele (Colombo) concordou com o nosso ponto de vista. Essa foi uma forma que os líderes encontraram para ajudar a acabar com esse impasse.

nador. Não estamos negociando com a categoria – ressaltou Deschamps.

A MP, enviada na terça-feira à Assembleia, continua na casa sem perspectivas de admissibilidade (ver reportagem abaixo). Com ela, os 66 mil docentes têm reajuste salarial. Mesmo assim, os professores não concordam

com as mudanças que a MP apresenta, porque altera o plano de carreira e reduz os valores percentuais da regência de classe – que compõe a remuneração final dos docentes.

Governo ainda pode rodar folha suplementar

O governo está disposto a rodar uma folha suplementar sem os descontos, caso haja um retorno às aulas, o que precisaria acontecer no começo da próxima semana para dar tempo de gerar os novos pagamentos.

O abatimento das faltas começou a ser sentido no bolso dos professores na terça-feira, quando eles tiveram acesso ao contracheque. Os valores estão disponíveis na internet, com as alterações do salário, reajustado con-

forme a última proposta apresentada pelo governo e com os descontos pelos dias parados, entre 19 de maio e 10 de junho. Vanda de Oliveira Pinedo foi uma das que checaram o pagamento. Ela irá receber, no dia 29 deste mês, R\$ 900 para passar julho. Com esse dinheiro, a professora, que tem especialização e é viúva, precisa sustentar o filho de 12 anos.

– É absurdo o governo fazer isso. Está prejudicando o calendário escolar e não tenho por que repor aula se o meu salário já foi descontado – disse.

Ela não sabe quanto foi deduzido da atual folha em relação ao que recebia antes porque a remuneração está com os novos valores do salário-base e da regência de classe.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/6/11
Assunto: Greve do magistério – Governo retira pedido de ilegalidade		Página: 24

GREVE DO MAGISTÉRIO

Governo retira pedido de ilegalidade

Governador atende pedido de deputados, recua na Justiça e admite rever desconto dos dias parados se paralisação acabar

Negociação e dúvida

sobre validade da MP

UPIARA BOSCHI

Encurralados entre a pressão dos professores grevistas e a necessidade de votar a medida provisória enviada na terça-feira pelo governador Raimundo Colombo para estabelecer o piso nacional e o plano de carreira dos docentes sem acordo com a categoria, os deputados estaduais decidiram tomar as rédeas das negociações entre o governo e professores. Se a reunião da tarde de ontem foi marcada em cima da hora, o próximo capítulo já tem data e hora marcadas para acontecer: será segunda-feira, 17 horas.

Os deputados querem reabrir as negociações entre governo e os professores grevistas. Na tarde de segunda-feira, o presidente da Assembleia Gelson Merisio deve receber mais uma vez os líderes dos partidos e outros deputados para discutir o que fazer com a medida provisória. A reunião acontecerá na véspera da análise da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando deve ser definido se ela atende aos requisitos formais – a chamada admissibilidade.

Enquanto os deputados de oposição defendem a tese de que a medida provisória é ilegal, os governistas temem ver a proposta do governo ser derrubada pela Justiça e herdarem um desgaste que hoje está concentrado no Centro Administrativo. Nos bastidores, o temor é admitido pelos parlamentares.

– Já vivemos um momento difícil. Cometer qualquer arbitrariedade seria um atestado de burrice – afirma um governista.

JOARES PONTICELLI

Deputado



Vamos conversar entre nós, com o governo, com os grevistas. O nosso objetivo é acabar com esse impasse, que não é bom para ninguém.

O próprio líder do governo, Elizeu Mattos (PMDB), relator da proposta, ainda não sabe se recomenda a aprovação do texto mandado por Colombo. Ele coloca em dúvida até a possibilidade de apresentar o parecer na reunião marcada para a próxima terça-feira.

– Li, reli, analisei, falei com o Eduardo Deschamps hoje (ontem) no gabinete. Ainda não estou convencido da admissibilidade – afirma.

A declaração lembra o que foi dito na segunda-feira pelo presidente da CCJ Romildo Titon (PMDB) na segunda-feira, ao alegar ter dúvidas quanto à legalidade da proposta, baseado em parecer feito para a primeira medida provisória encaminhada sobre o tema, em 23 de maio. Integrante da CCJ e líder do PSDB, Dado Chereem defende cautela.

– A tendência da bancada do PSDB é acompanhar a liderança do governo, mas se houver qualquer dúvida sobre a legalidade, não acompanharemos – diz o tucano.

O deputado Joares Ponticelli (PP), que participou da reunião de ontem, deixa claro que a postura da base governista é assumir um papel mais forte na intermediação da negociação entre governo e grevistas.

– Vamos conversar entre nós, com o governo, com os grevistas. O nosso objetivo é acabar com esse impasse, que não é bom para ninguém – afirma.

Na oposição, a reunião de ontem e a nova rodada marcada para segunda-feira foram comemoradas como vitória. Eles vão continuar exigindo que o governo retire a MP e discuta com os sindicalistas um projeto de lei complementar em que sejam preservados os percentuais pagos aos professores pela regência de classe.

– Os deputados não querem enfrentar uma greve fortalecida pela simpatia da população. Votar contra é muito desgaste – disse o deputado Amauri Soares (PDT).



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/6/11
Assunto: Greve do magistério – Governo retira pedido de ilegalidade		Página: 24

GREVE DO MAGISTÉRIO

Governo retira pedido de ilegalidade

Governador atende pedido de deputados, recua na Justiça e admite rever desconto dos dias parados se paralisação acabar

Surge um novo mediador

O Conselho Estadual de Educação (CEE) está disposto a mediar um acordo entre os professores e o governo. Ontem, os conselheiros receberam representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). O presidente do Conselho, Maurício Pereira, informou que irá apresentar ao secretário-adjunto Eduardo Deschamps a posição dos docentes.

– Eles (do sindicato) me apresentaram os 10 itens propostos pelo governo e, destes, só não concordam com a perda dos valores da regência de classe. Vou levar ao governo a proposta de parcelamento para recompor esses valores. O que não podemos é cortar as negociações – disse Pereira.

Ontem, representantes do Sinte

MAURÍCIO PEREIRA

Presidente do CEE

“

Eles (do Sindicato) me apresentaram os 10 itens propostos pelo governo, e destes, só não concordam com a perda dos valores da regência de classe.

participaram de uma audiência no Tribunal de Contas do Estado (TCE), que também se mostrou disposto a ajudar a acabar com o impasse na educação. A coordenadora do sindicato, Alvet Bedin, considerou as me-

didadas tomadas, ontem, pelo governador Raimundo Colombo, um avanço para a categoria. Ela também comemorou o apoio recebido do CEE, do TCE e dos deputados.

– Agora, continuamos pedindo para eles não aceitarem a medida provisória e que o governo nos receba para as negociações serem retomadas – ressaltou Alvet.

Na busca pelo retorno às negociações, os representantes do Sinte solicitaram audiências na Assembleia Legislativa, no Ministério Público de Santa Catarina, no Tribunal de Justiça do Estado e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). O comando de greve voltará a se reunir na próxima segunda-feira.

Governo aposta no retorno espontâneo

Dados levantados pelo governo apontam o retorno dos professores às salas de aula durante esta semana. São números de sete gerências regionais, que abrangem vários municípios cada uma. Destas, o maior índice de adesão à greve, segundo o governo, é de 50% e pertence à regional de Blumenau, onde 1,6 mil docentes voltaram ao trabalho. A expectativa do governo é de que a próxima

segunda-feira seja marcada pela volta das atividades nas escolas.

O maior índice de retorno às aulas, pelos dados do governo, é da regional de Lages. Dos 1,4 mil educadores da região, 75% teriam voltado às escolas. Nos municípios que compreendem a região de São Joaquim esse índice é 64,5%. No Meio Oeste, dos 13 municípios da Regional de Joaçaba, 33% dos professores permanecem em

greve, diz o governo. Na Regional de Concórdia a adesão seria de 20%. Na regional de Itajaí, 55% dos professores voltaram às atividades e na de Tubarão o índice de retorno é de 72%.

Contraopondo o governo, os índices divulgados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) sustentam que cerca de 70% dos professores do Estado estão em greve, com cerca de 80% das escolas sem aulas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 26/6/11
Assunto: Magistério		Página: 44

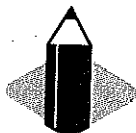
Magistério

É lamentável os pais ficarem passivamente em casa esperando o jogo de braço entre o governo, que coloca dificuldade em atender os preceitos da lei federal do piso salarial dos professores, e o Sinte, que legalmente, exige do governo do Estado que cumpra tal preceito. O governador Raimundo Colombo diz na imprensa que é justa a luta dos professores, porém, ameaça entrar com pedido da ilegalidade da paralisação dos profissionais da educação de Santa Catarina. Há, pelo Brasil, a marcha disso e daquilo. Quando será que os pais e alunos irão para as ruas fazer a marcha pela educação e valorização dos professores?

José Sérgio dos Santos
Florianópolis

Por favor, senhores governantes, atendam os professores. Eles trabalham demais dando um duro danado, com muita alegria e carinhosamente são merecedores de um salário digno. Nossa saúde está muito doente, nossa educação está mal-educada e a segurança está insegura. Esses três órgãos têm que ser bem remunerados para que tenhamos qualidade de trabalho, indispensável para o nosso dia a dia.

Oswaldo Manoel Batista
Por e-mail



Quando assumiu o governo estadual, Raimundo Colombo manteve secretarias do interior por toda Santa Catarina, ou seja, palanques eleitoreiros para a reeleição. Estou com os professores e acho que a intransigência é toda do governo, que por anos a fio, em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal), nunca se preocuparam com a classe não dando o devido valor aos educadores do Brasil. O cabide de emprego montado pelo governador com estas secretarias deixa bem claro que dinheiro tem para pagar o funcionalismo, o resto é papo furado.

Júlio César Cardoso
São José



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 23/6/11
Assunto: Magistério		Página: 44

Magistério

Por gentileza, que tal o DC fazer uma reportagem onde o Sinte dá a sua versão dos fatos sobre a greve do magistério, inclusive convidá-lo a participar de algum programa televisivo? Nós, professores, estamos cansados de ser humilhados pelos governos. Raimundo Colombo está tirando da regência para completar o piso. Então, para nós, o piso, e para os deputados, o teto?

Marciana Ludero
Por e-mail

É lamentável que ainda não se tenha uma solução para o caso da educação. Infelizmente, o que já estava para acontecer no governo anterior estourou neste. O piso nacional tem que ser respeitado. Santa Catarina pôde sair na frente e dar o exemplo para outros estados. Há de se pensar e valorizar o que é justo e de direito. Os professores devem ser respeitados.

José Maurício de Barros Filho
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cultura	Data: 25/6/11
Assunto: Pediu, levou		Página: 10

Pediu, levou

A professora Tânia Neves, em impecável artigo publicado no caderno *Cultura* do dia 4 deste mês, deu a devida – e merecida – resposta à autora da “cartilha” *Por Uma Vida Melhor*, segundo a qual a norma culta da língua portuguesa é um fator de “preconceito social” (!) e a “classe dominante” a utiliza por ser um “sinal de prestígio”. Dona Heloísa Ramos, a autora, afirma que dizer “nós pega o peixe” está correto, pois é “norma popular”. O Ministério da Educação (qual educação?) distribuiu cerca de 500 mil exemplares do livro a quase 5 mil escolas da rede pública no país, o que cheira tão mal quanto federá o “peixe que nós pega” caso apodreça. A professora Tânia deu uma aula magistral em defesa do idioma pátrio, que é um tesouro nacional.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 23/6/11
Assunto: Retirado		Página: 47

Retirado

Até ontem, as atenções estavam voltadas ao Tribunal de Justiça de SC, onde tramitava o pedido de ilegalidade da greve dos professores, feito pelo governo do Estado. O TJ teria imparcialidade para julgar, já que está envolvido na questão da verba do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica)? Como o pedido de ilegalidade foi retirado, não será possível descobrir.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 23/6/11
Assunto: Pelo cansaço		Página: 427

Pelo cansaço

Na famosa greve dos professores, que entra hoje no 39º dia, o governo abre negociações, depois fecha, depois abre, depois fecha; depois desconta os dias parados, depois não desconta; depois pede a ilegalidade da paralisação, depois retira o pedido. Não há mais dúvida: o Centro Administrativo está tentando vencer os grevistas pelo cansaço. O pão rodou, rodou, rodou e vai cair no mesmo lugar.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 23/06/11
Assunto: Merenda é para aluno		Página: 06

Merenda é para aluno

Lei determina que comida que não for consumida tem de ir para o lixo

A merenda escolar é destinada somente aos alunos. É o que determina a lei federal 11.947, de 16 de junho de 2009, que regulamenta a prestação de serviço de alimentação de estudantes. O que não é consumido pelos alunos vai para o lixo. Alguns professores e servidores questionaram o destino da comida não usada. A norma vale para as redes estadual e municipal, mas nas escolas do Estado esse processo fica mais evidente porque o serviço é terceirizado.

Segundo supervisora de assistência ao estudante da regional de Educação (Gered), Margariane Witt, a comida é feita para atender aos alunos. “Não deixamos nem de um turno a outro. O que sobra não pode ser guardado”, explica.

Sobre a alimentação de professores, ela explica que eles já recebem vales na folha de pagamento. “Caso haja descumprimento da regra de destinar a merenda exclusivamente aos alunos, o repasse federal pode ser cancelamento.”

O dinheiro para a merenda sai do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e tem contrapartida do Estado e da Prefeitura. “A gente também se sentiu mal quando a lei entrou em vigor. Mas é uma resolução e não há o que fazer”, explica Margariane. No ano passado, uma equipe do Conselho de Alimentação Escolar fez visitas em escolas e constatou que professores também estavam comendo a merenda. “Chegaram a fotografar. Se for denunciado, perde-se o repasse”, explica a supervisora.

“A merenda é direcionada para o alunos. A sociedade tem que entender isso”, explica Joseane Amorim, da integração de alimentação escolar da Gered.

A Escola de Educação Básica Osvaldo Aranha, no bairro Glória, atende a 460 alunos de manhã e 120 à tarde. Para não sobrar comida, as refeições são feitas na medida certa. A cozinheira Maria Betania Silva considera pratos e panelas vazios uma recompensa pela merenda bem feita. E quando há sobras, o lixo orgânico se transforma em adubo para a horta da escola. “Nós colocamos os restos num saco plástico e as folhas são colocadas num cesto para levar para a horta”, explica a ajudante de cozinheira Márcia Quintana.

Empresa deixa fornecimento em 15 de julho

A Convida, que presta serviço de merenda para escolas do Estado, inclusive na região Norte, anunciou a não renovação do contrato com o governo. A empresa deixa os trabalhos no dia 15 de julho. Na região, são 56 escolas com o serviço – 512 mil refeições por mês para 43,4 mil alunos.

Segundo a diretora de apoio ao estudante da Secretaria de Educação, Rogéria Diegoli, a não-renovação foi pedida pela empresa. Os serviços serão fornecidos pela Nutriplus, segunda colocada no edital de 2008, que garantiu o mesmo valor dos serviços e a recontração de todas as merendeiras. Rogéria garante que não haverá falta de merenda.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 27/6/11
Assunto: A divisão do bolo – São R\$ 356 milhões em discussão		Página: 6

A DIVISÃO DO BOLO

São R\$ 356 milhões em discussão

Este é o valor estimado que o governo quer poupar com as mudanças dos critérios para repasses aos poderes do Estado.

NATÁLIA VIANA

O governo quer economizar mais de R\$ 356 milhões no repasse aos poderes em 2012.

O valor pode ser alcançado se o Estado retirar os recursos do Fundeb da base de cálculo e manter os percentuais repassados neste ano ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Udesc.

A operação não será fácil, já que depende de uma negociação política e pode até se transformar em uma batalha judicial.

O governador Raimundo Colombo já manifestou interesse em excluir os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo. Ele aguarda uma normativa que viria do Tesouro Nacional sobre a questão.

Além disso, no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado à Assembleia, o Estado manteve os percentuais de repasse aos poderes, passando por cima de um acordo de reajuste que havia sido negociado em 2010.

O assunto deve voltar à pauta hoje, quando Colombo reúne-se com o presidente do TJSC, desembargador José Trindade dos Santos, e o pro-

curador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin. Os representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público dirão ao governador que não aceitam a redução do repasse e que querem o cumprimento do acordo que prevê o aumento do percentual:

Na LDO aprovada pela Assembleia em 2010 havia uma previsão de reajuste dos percentuais – o do TJSC passaria de 7,7% para 7,85%, o do MP passaria de 3,23% para 3,3% e o do TCE, de 1,4% para 1,45%.

Reunido na última sexta-feira, o pleno do TJSC aprovou uma proposta intermediária, escalonando o aumento em três anos, desde que não haja mudanças da base de cálculo.

Instituições não aceitam redução dos percentuais

As duas instituições argumentam que já elaboraram projetos de expansão tendo em vista os novos índices e que não têm condições de absorver o impacto financeiro causado pela retirada do Fundeb da conta.

O Judiciário, por exemplo, afirma que somente a folha de pagamento consome 92% do seu orçamento. Os poderes destacam que a inclusão do Fundeb na base de cálculo é uma questão meramente conceitual e que está em vigor há 20 anos.

Historicamente, o Estado sempre optou por incluir o Fundeb na base de cálculo e fixar um percentual numericamente menor. Se o Fundeb for tirado da conta, o TJSC defende aumento para 9,3% e o o MP quer o percentual de 3,9%.

O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, já declarou que é favorável à retirada do Fundeb por uma “questão de transparência”, mas, nesta hipótese, o percentual do Legislativo também teria que ser reajustado.

Se o governo do Estado não buscar um acordo e radicalizar posição – mantendo os percentuais na LDO e encaminhando para AL uma emenda retirando o Fundeb da base de cálculo, os poderes dizem que vão reagir.

Neste caso, o presidente do tribunal já foi autorizado pelos colegas do pleno, na sessão de sexta-feira, a buscar as medidas judiciais cabíveis para evitar que o valor dos repasses diminua no ano que vem.

Trindade dos Santos cita uma situação semelhante, no Rio Grande do Sul, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a então governador Yeda Crusius (PSDB) a pagar os valores que seriam devidos ao Judiciário gaúcho.



CLIPPING

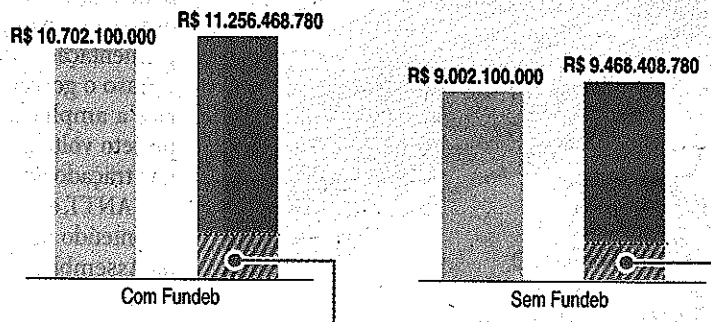
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 27/6/11
Assunto: A divisão do bolo – São R\$ 356 milhões em discussão		Página: 6

QUANTO O EXECUTIVO QUER ECONOMIZAR

PROJEÇÃO RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL

2011 2012 *

Fundeb
R\$ 1,7 bilhão



PROPOSTA ORIGINAL
(com Fundeb e percentuais ampliados)

TJSC	R\$ 883.632.799,23 (7,85%)
AL	R\$ 427.745.813,64 (3,8%)
MP	R\$ 371.463.469,74 (3,3%)
Udesc	R\$ 236.385.844,38 (2,1%)
TCE	R\$ 163.218.797,31 (1,45%)
Total	R\$ 2.082.446.724,30

PROPOSTA GOVERNO
(sem Fundeb e percentuais congelados)

TJSC	R\$ 729.067.476,06 (7,7%)
AL	R\$ 359.799.533,64 (3,8%)
MP	R\$ 305.829.603,59 (3,23%)
Udesc	R\$ 198.836.584,38 (2,1%)
TCE	R\$ 132.557.722,92 (1,4%)
Total	R\$ 1.726.090.920,59

R\$ 2.082.446.724,30 – R\$ 1.726.090.920,59

Quanto o governo quer economizar

R\$ 356.355.803,71

* Projeção com base na expectativa de inflação do Banco Central para 2012: 5,18%



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 27/6/11
Assunto: A pratica do toma-lá-dá-cá		Página: 6



“Existe alguma explicação para os deputados estaduais eleitos abandonarem seus cargos para assumir secretarias?” BRUNO SANTIAGO



Renato Hinnig
Deputado estadual
Secretário da
Grande Florianópolis



Serafim Venzon
Deputado estadual
Secretário de
Assistência Social

A prática do toma-lá-dá-cá

A resposta para a pergunta está no jogo de conveniências dos políticos e na troca de favores.

Mesmo tendo sido eleito para cumprir mandato, o deputado não se incomoda em ignorar o eleitor e virar secretário. Na secretaria, ele tem a caneta e um orçamento na mão, consegue aparecer mais e, na próxima eleição, tem chance de conseguir um mandato mais relevante.

Já o governante, ao chamar deputados eleitos para secretarias, ainda agrada suplentes que, por sua vez, ganham um mandato mesmo sem ter tido votos suficientes para isso. Quem fica a ver navios é o eleitor, que votou em um político para deputado e vê ele abrindo mão do mandato para ocupar uma secretaria.

Embora muita gente questione este toma-lá-dá-cá, o fato é que a prática de abrir mão do mandato de deputado estadual ou federal para assumir uma secretaria tem sido recompensada nas urnas pelos catarinenses. Nas últimas duas eleições, todos os “deputados-secretários” melhoraram o desempenho eleitoral ou conquistaram um cargo mais importante.

Nos dois mandatos de Luiz Henrique como governador, pelo menos 13 deputados foram parar, em algum momento, no primeiro escalão do governo estadual. Sete foram reeleitos para o mesmo cargo com votação maior que a anterior, três foram promovidos de deputado estadual a federal e um deles, o ex-secretário da Educação Paulo Bauer (PSDB), conseguiu chegar ao Senado em 2010.

A prática de transformar deputado em secretário foi mantida no governo Raimundo Colombo, que tem oito deputados-secretários (confira ao lado) e, com isso, transformou em parlamentares suplentes que não tiveram votos suficientes para ter um mandato concedido pelo eleitor.

Nos últimos anos nenhum dos deputados que viraram secretário e depois concorreram novamente perdeu eleição. Entre as justificativas dadas pelos políticos para deixar de lado o mandato obtido nas urnas e virar secretário é a maior visibilidade e a chance de comandar obras e projetos.

Em Brasília, o parlamentar precisa lutar para o governo tirar do papel as emendas. Na AL, a margem para realizar os pedidos de eleitores é ainda menor, diluída entre 40 deputados.

Colombo tem oito deputados-secretários



Paulo Bornhausen
Deputado federal
Secretário de
Desenvolvimento



João Rodrigues
Deputado federal
Secretário da
Agricultura



Marco Tebaldi
Deputado federal
Secretário de
Educação



Cesar Souza Jr
Deputado estadual
Secretário Turismo,
Cultura e Esporte



Valdir Cobalchini
Deputado estadual
Secretário da
Infraestrutura



Ada de Luca
Deputada estadual
Secretária de Justiça
e Cidadania



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 27/6/11
Assunto: Orçamento – TJSC quer repasse com índice maior		Página: 6

ORÇAMENTO TJSC quer repasse com índice maior

Judiciário vai propor ao governo a divisão do reajuste em três anos, sem alterar a receita

NATÁLIA VIANA

O Tribunal de Justiça (TJSC) não abre mão do aumento da sua fatia no orçamento de 7,7% para 7,85% previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em 2010 pela Assembleia Legislativa. Mas aceita dividir este reajuste em três anos, desde que não se altere o conceito de receita.

Numa projeção para o orçamento de 2012 com aumento pela inflação de 5,18%, do Banco Central, e mantido o repasse de 7,85%, o TJSC receberia R\$ 1,24 bilhão do total de receita do governo que chegaria a R\$ 15,801 bilhões.

Se o governo insistir em retirar o Fundeb da base de cálculo, o Poder Judiciário aceita a medida, desde que o percentual do repasse aumente para 9,3%. Esta será a proposta que o presidente do TJSC, desembargador José Trindade dos Santos, levará ao governador Raimundo Colombo na segunda-feira.

No encontro, que também contará com a presença do procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, as instituições tentarão buscar um acordo para colocar fim ao impasse surgido a partir da intenção do governo de reverter os valores repassados

aos poderes. O assunto foi discutido pelo Pleno do TJSC em uma sessão extraordinária, realizada ontem pela manhã. Os desembargadores reiteraram a posição do Judiciário, que não abre mão dos acordos firmados e autorizaram a presidência, no caso de radicalização por parte do governo, analisar medidas judiciais cabíveis. Pela assessoria de imprensa, o governador afirmou que só se manifestará sobre o assunto depois da reunião de segunda-feira.

O presidente do TJSC abriu a sessão de ontem com uma crítica ao modo como a discussão foi conduzida, principalmente, ao fato de o governo ter colocado os poderes como culpados pela falta de recursos para pagar os professores.

Segundo Trindade dos Santos, a confusão em torno do Fundeb chegou a tal ponto que, em uma audiência pública realizada na Assembleia, um deputado teria sugerido aos grevistas pularem o muro (o prédio do TJSC fica ao lado da AL) para “buscarem seu dinheiro” que estaria sendo desviado para os desembargadores.

– O governador me garantiu que não iria prejudicar o Judiciário, ele sabe do nosso plano de expansão – afirmou Trindade dos Santos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/6/11
Assunto: Vagas em tecnologia – Governo prevê cursos para 5 mil		Página: 14

VAGAS EM TECNOLOGIA

Governo prevê cursos para 5 mil

Treinamento gratuito será oferecido em 10 regiões de SC nos próximos três anos. Primeira turma deve começar até setembro

ALESSANDRA OGEDA

O governo prepara uma ação concreta para combater a falta de mão de obra qualificada para vagas disponíveis no setor de tecnologia da informação de SC.

A meta é lançar uma série de cursos para capacitar 5 mil jovens e adultos nos próximos três anos e meio em 10 regiões do Estado. A primeira etapa começa ainda neste ano.

Ontem, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Bornhausen, falou sobre a base do programa:

– As aulas serão dadas pelo Sesi e pelo Sesc, seguindo um currículo que nós determinaremos e que será feito com base nas pesquisas da Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia (Acate).

A primeira etapa do projeto será feita em Florianópolis. A expectativa do governo é de que a turma, com 140 alunos, comece a ter aulas focadas em cinco linguagens de progra-



RUI GONÇALVES

Presidente da Acate

Como as aulas vão dar uma resposta para as empresas que estão contratando, com certeza teremos que selecionar os melhores candidatos possíveis para estes cursos.

mação a partir de agosto ou setembro. O curso deverá ter duração de quatro meses e 250 horas/aula.

O objetivo do programa é formar cerca de mil alunos na Capital nos próximos anos. Uma pesquisa feita pela Acate em parceria com a prefeitura de Florianópolis, que consultou pouco mais de cem das 500 empresas de tecnologia na cidade, revelou que o setor precisaria contratar 1,5 mil profissionais este ano.

O problema é que as empresas do setor têm dificuldades de preencher estas vagas – tanto que elas termi-

naram 2010 com 560 postos abertos. Dependendo da vaga e da experiência do profissional, os salários pagos pelo mercado variam entre R\$ 1,6 mil e R\$ 6 mil (veja quadro ao lado).

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a seleção para as turmas será feita pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC (Fapesc) e pela Acate. Os interessados podem fazer a pré-inscrição pelo site www.geracaotesc.com.br. O projeto é direcionado para pessoas com mais de 17 anos. Ainda não foi definido o nível de escolaridade exigido.

O presidente da Acate, Rui Gonçalves, que considera o projeto uma boa resposta do governo para a demanda emergencial do setor, explica que os candidatos inscritos passarão por testes vocacionais e técnicos.

O objetivo do projeto é mapear a necessidade das empresas de tecnologia de cada região e viabilizar cursos gratuitos para atender às necessidades do mercado.

alessandra.ogeda@diario.com.br

Inglês também é requisito

Uma das principais dificuldades das empresas do setor é encontrar profissionais que dominem perfeitamente o idioma inglês. Por causa disso, o presidente da Acate, Rui Gonçalves, defende que os alunos das aulas de capacitação tecnológica que serão custeados pelo governo do Estado também frequentem, paralelamente, cursos de inglês técnico.

– Começando o projeto, esperamos conseguir outras parcerias. Há a possibilidade de apoio da IBM ou do Sesi para que os alunos façam aulas de inglês técnico à distância – adianta.

Nos próximos meses, a Acate vai mapear a necessidade de profissionais da área para cada uma das outras regiões onde o programa será desenvolvido – em Florianópolis esse trabalho já foi feito. A meta é que os dados sejam entregues até o final do ano, para que o orçamento do governo contemple os cursos em 2012.

– Esse programa será importante para que o setor tenha um salto substancial, já que atualmente as empresas não estão conseguindo crescer mais por falta de mão de obra.

O governo e a Acate explicam que o

programa não vai criar cursos novos, mas formatar programas que já são oferecidos por diferentes escolas nas diferentes regiões para atender às necessidades do mercado.

De acordo com a Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto contará com empresas-madrinhas e, por isso, terá a garantia de oferta de emprego para os participantes.

Outro diferencial do programa será o acompanhamento dos alunos formados durante os primeiros anos no mercado de trabalho.



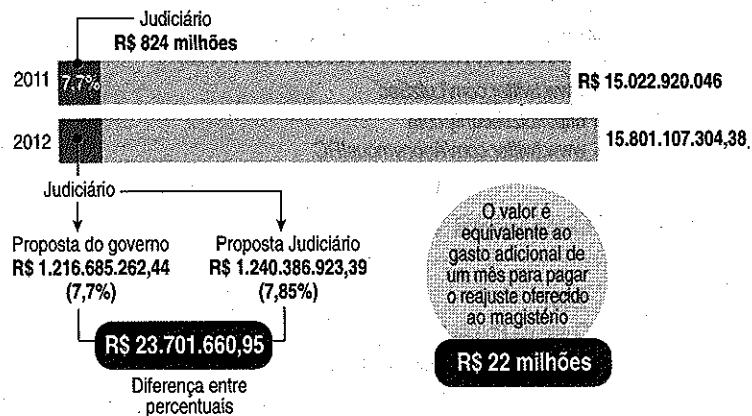
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 27/6/11
Assunto: Orçamento – TJSC quer repasse com índice maior		Página: 6

OS REPASSES

Projeção com base na expectativa de inflação do Banco Central para 2012: **5,18%**

RECEITA DO GOVERNO



ENTENDA A POLÊMICA

A LDO aprovada em 2010 previa um aumento dos percentuais dos poderes para 2012

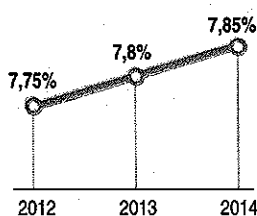
TJSC	MP	TCE	AL	Udesc
De 7,7% para 7,85%	De 3,23% para 3,3%	De 1,4% para 1,45%	Permanece em 3,8%	Permanece em 2,1%

Quando o governo enviou a LDO para 2012, ignorou o acordo e manteve os mesmos percentuais.

Depois que os poderes reclamaram, o governo enviou à AL uma emenda, prevendo o aumento do percentual para 2013.

Os poderes não abrem mão do reajuste e o TJSC diz aceitar escalar o aumento em três anos.

O repasse em três anos (pela proposta do TJ)



Paralelo a esta discussão, o governo levantou a possibilidade de retirar o Fundeb da base de cálculo (Receita Líquida Disponível). O que deixaria R\$ 300 milhões a mais no caixa do governo.

Os poderes afirmam que não têm como absorver esta redução do orçamento. O TJSC diz que, se for retirado o Fundeb da base de cálculo, seu percentual tem que passar para 9,3%.

Críticas à gestão do Estado

Além da reclamação sobre a forma como o Estado jogou para os poderes a responsabilidade pela falta de recursos, também sobram críticas à gestão do governo. Embora destacassem que é prerrogativa do Executivo definir suas prioridades, alguns magistrados lembraram que, ao mesmo tempo em que o governo quer retirar recursos dos poderes para fazer caixa, mantém uma estrutura pesada, com 58 secretarias de Estado, destas 36 secretarias de desenvolvimento regional.

Outra crítica é que o governo de-

fende a retirada do Fundeb da base de cálculo para ter mais recursos para investimentos em educação. Com esta medida, o Estado teria mais R\$ 300 milhões em caixa, mas não há garantias de que estes recursos serão investidos em educação.

Análise das contas do governo, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), mostra que se o governo tirasse o pagamento de inativos dos 25% que o Estado precisa aplicar em educação, teria cerca de R\$ 230 milhões para investir obrigatoriamente na área.

MP alega que tem outras necessidades

O Ministério Público não tem como arcar com a retirada do Fundeb da base de cálculo de repasse de verbas e defende o aumento do percentual aprovado na LDO de 2010.

O procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, afirmou que esta é uma discussão conceitual e que o governo pode retirar os recursos do Fundeb da conta, desde que recomponha o percentual. Neste caso, o repasse para o MPSC teria que passar de 3,23% para 3,9%.

Para o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, José Galvani Alberton, que representou o MP na sessão do TJSC, os poderes têm necessidades diferentes do Executivo e, como prestadores de serviço, dependem de pessoal para atender a demanda. Ele lembrou que, a exemplo do TJSC, também realizou um plano de expansão tendo em vista o aumento do repasse:

– Quando definimos um plano de expansão não fazemos isso insensíveis a outras áreas, como saúde e educação. O que lamentamos é a forma como o processo foi conduzido. Temos a impressão que esta eventual dificuldade serve de pretexto para a mutilação de outras instituições. Como se, para resolver o impasse, o Ministério Público e o Judiciário tenham que ser execrados.

O procurador contou que recebeu “com descontentamento”, na última semana, um abaixo-assinado com assinaturas de alunos reclamando que o MP e o Judiciário “devolvessem o dinheiro que estavam retirando dos professores”.

– É esta a mentalidade que se está construindo na cabeça dos jovens? É preciso isso para resolver um problema circunstancial do Executivo? Não sei se houve, por parte do Estado, uma indagação sobre o tamanho da sua estrutura também – questionou Alberton.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/6/11
Assunto: Mec divulga os aprovados do Sisu		Página: 25

UNIVERSIDADES

MEC divulga os aprovados no Sisu

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, ontem, a lista dos aprovados em primeira chamada no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O resultado pode ser consultado no endereço <http://sisu.mec.gov.br> ou pelo telefone 0800-616161. Os aprovados terão os dias 27 e 28 deste mês para fazer a matrícula nas instituições de ensino. Cerca de 450 mil se candidataram para disputar uma das 26 mil vagas ofertadas em 48 instituições públicas de ensino superior. Os estudantes puderam escolher até duas opções de curso.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 24/6/11
Assunto: Capital da escrita		Página: 4

CAPITAL DA ESCRITA

Rodolfo Pinto da Luz, secretário de Educação de Floripa, está todo prosa. É que a cidade foi confirmada recentemente como a capital com o menor índice de analfabetismo do país, segundo o IBGE.

O município baixou de 3,6% para 2,09%. Na sequência estão Curitiba (2,13%), Porto Alegre (2,28%), Rio de Janeiro (2,95%) e São Paulo (3,18%).



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 24/06/11
Assunto: Mudanças na educação estadual		Página: A3

Mudanças na educação estadual

De todas as inovações do projeto de lei complementar que o governador Geraldo Alckmin acaba de enviar para a Assembleia Legislativa, mudando o plano de carreira e a política salarial dos professores da rede pública de ensino básico, as mais importantes são relativas à prova de mérito, que é realizada a cada quatro anos, e aos aumentos salariais para os docentes mais bem avaliados.

Pelas regras em vigor, que foram introduzidas há cerca de dois anos pelo governo Serra, sob forte oposição do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), a prova de mérito é o único critério de promoção no magistério público paulista. E apenas 20% dos docentes que atingem as notas estipuladas pela Secretaria da Educação são efetivamente promovidos, recebendo 25% de aumento sobre o salário-base.

Ao justificar sua política educacional, o governo Serra alegou que essas regras ajudariam a consolidar o sistema de avaliação do docente, valorizando o princípio do mérito na rede escolar. Para a Apeoesp, com a decisão de promover somente 20% dos professores aprovados na prova de mérito o governo desejava dividir a categoria e reduzir os gastos do Executivo com a folha de pagamento, dificultando a ascensão dos docentes ao topo da carreira.

Elaborado pelas Secretarias da Educação e de Gestão Pública, o projeto de Alckmin aco-

lhe algumas das reivindicações da entidade, acabando com o limite de 20% para as promoções. Segundo as novas regras, a partir de 2012 todos os professores que atingirem as notas estabelecidas pela Secretaria da Educação serão promovidos automaticamente. Além disso, o prazo para a realização das provas de mérito cai de quatro para três anos. Segundo os secretários de Gestão Pública, Julio Semeghini, e de Educação, Herman Voorwald, isso vai permitir que os docentes possam evoluir mais rapidamente na carreira.

Outra inovação importante

Projeto enviado à Assembleia Legislativa muda plano de carreira e política salarial

é a adoção de novos critérios para a progressão dos professores. Além da prova de mérito, o governo está estudando a adoção de indicadores como o desempenho da turma, a avaliação do docente em sala de aula, a opinião dos pais dos alunos sobre as atividades didáticas e a escola e simulações de situações do cotidiano escolar para verificar como o docente se comportaria. Como o professorado da rede estadual sempre se opôs a avaliações, o governo Alckmin decidiu definir os novos critérios de promoção em encontros com especialistas e professores e em reuniões das diretorias regionais da Secretaria da Educação com lideranças sindicais.

O ponto mais polêmico diz

respeito ao envolvimento dos pais de alunos no processo de avaliação. Alguns especialistas alegam que eles poderão contribuir para a melhoria do sistema de ensino, enquanto outros afirmam que com a participação dos pais os professores correrão o risco de serem responsabilizados por coisas que não controlam – como a segurança nas escolas.

Para estimular os docentes a estudar mais, o governo pretende valorizar a formação acadêmica, acelerando a progressão na carreira de quem se submeter a programas de formação continuada ou fizer cursos de mestrado e doutorado. Com isso, poderiam “pular” etapas. Um docente com doutorado, por exemplo, poderia pular diretamente para o último grau da carreira.

Para evitar problemas políticos e partidários, as autoridades educacionais vêm afirmando que não estão desmontando a política herdada do governo Serra, mas apenas a aperfeiçoando. “Todo processo de avaliação precisa ser aprimorado. Daí a necessidade de incorporar outros indicadores, além da prova de mérito. As inovações do governo Serra, como a mudança no currículo e o Saresp (a prova que avalia o desempenho dos alunos da rede), foram mantidas”, diz a professora Maria Helena Guimarães Castro, que dirigiu a Secretaria da Educação entre 2007 e 2009. A direção da Apeoesp, cujas reivindicações salariais foram atendidas por Alckmin, também vem agindo com prudência, o que não é usual na história da entidade.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 24/6/11
Assunto: Não, não e não		Página: 4



NÃO, NÃO E NÃO

Em Jaraguá do Sul, os protestos contra o aumento do número de vereadores na Câmara ganharam as ruas. Outdoors foram espalhados pela cidade. A polêmica abertura de mais quatro cadeiras no Legislativo, além das 11 atuais, está dando o que falar. A julgar pelas manifestações, o parlamento não terá vida fácil...